



PEDRO GRILO Direcção Municipal de Planeamento Urbano



Lisboa, capital nacional, centro político, económico e cultural, pretende liderar com boas práticas os instrumentos de planeamento urbano, à luz dos valores do desenvolvimento sustentável.

É essencial definir padrões de qualidade e desenhar a cidade no sentido de optimizar os recursos disponíveis, nomeadamente os energéticos.

A Estratégia Energético-Ambiental para Lisboa define o contexto sob o qual se determinam as acções a desenvolver para melhorar de forma sistemática d o desempenho energético-ambiental da cidade.



A optimização do desempenho energético-ambiental da cidade passa pela utilização racional dos recursos e aproveitamento dos recursos renováveis como a chuva, o sol, o vento, etc.

A microgeração surge não só como uma realidade mas também como uma oportunidade de aproveitar os recursos naturais existentes em meio urbano, promovendo a geração e utilização locais de energia.



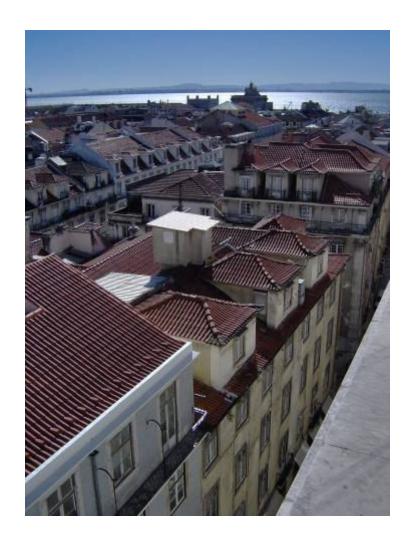
Escola Alemã, Lisboa



O novo enquadramento legal da Microgeração apresenta um enorme potencial de implementação no meio urbano, nomeadamente em espaços verdes, e principalmente nas coberturas dos edificios.

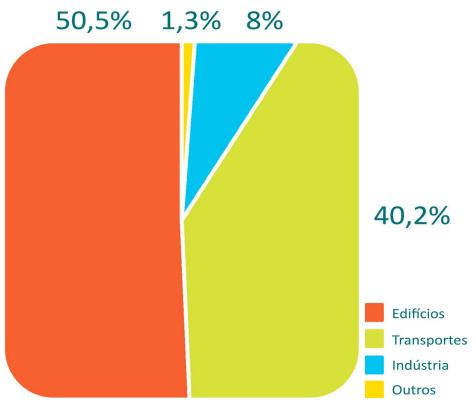
X m² de coberturas planas em Lisboa

Xm² de coberturas com pendente em Lisboa





Os transportes e os edificios representam actualmente 90% do consumo de energia de Lisboa.



A matriz energética de Lisboa apresenta o parque edificado como o maior consumidor de energia. Estes padrões de consumo tendem a aumentar com o aumento de qualidade de vida.





O PLANEAMENTO URBANO deve facilitar elevados padrões de qualidade de vida.

Os instrumentos de planeamento urbano assumem a responsabilidade de optimizar a utilização de recursos, identificando as oportunidades de intervenção na implementação de sistemas de energias renováveis.





Optimizar a eficiência energética e de recursos da cidade.

Áreas de acção no Meio Edificado:

- Eficiência energética;
- Gestão de energia na relação entre procura e a oferta.





Promover a adopção de tecnologias de energias renováveis, tornando a cidade um centro de produção descentralizada de energia.

Áreas de Acção nas Energias Renováveis:

- Obrigação de instalar colectores solares térmicos;
- Integração de materiais fotovoltaicos no meio urbano, em edificios e estruturas urbanas;
- ICT para harmonizar os picos de oferta/procura de electricidade.





A nível do planeamento urbano, devem-se contemplar, desde as fases iniciais de projecto, as especificações necessárias à adequada integração de novas formas de energia no meio urbano.

Os edifícios apresentam-se assim como estruturas privilegiadas de recepção de centrais de produção de energia descentralizada, sem que sejam necessários alocar terrenos exclusivos para este fim. Promovendo a produção e consumo locais minimizam-se igualmente as perdas na rede de distribuição.



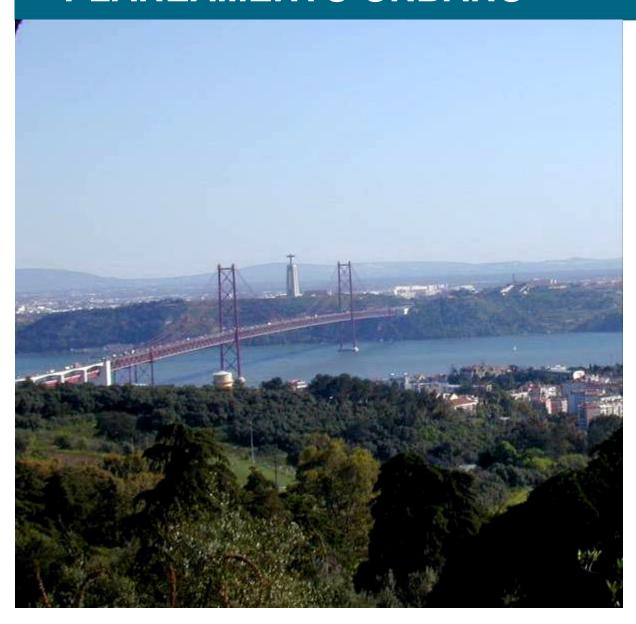
Promover a qualidade construtiva, nomeadamente compatibilizando o sistema de certificação energética com as zonas já implantadas e promovendo a reabilitação do edificado;

Optimizar as infra-estruturas já existentes e promover o aumento da capacidade de produção recorrendo a energias renováveis;

Privilegiar a produção local de uma percentagem do consumo energético expectável para a zona de intervenção;

Desenvolvimento de estudos sobre as fontes renováveis existentes no local de modo a compatibilizar esta dimensão nos projectos de planeamento (solar, eólico, biomassa).





OBRIGADA